

Eixo 4 - Formação e valorização de profissionais da educação

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO CONTINUADA NA  
PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares  
[liliacolares@hotmail.com](mailto:liliacolares@hotmail.com) FORMAZON/HISTEDBR-UFOPA/PPGE-UNIR

Solange Helena Ximenes Rocha  
[solange.ximenes@gmail.com](mailto:solange.ximenes@gmail.com) FORMAZON/HISTEDBR-UFOPA

Eliane Cristina Flexa Duarte  
[elianeescoladegestores@gmail.com](mailto:elianeescoladegestores@gmail.com)

## **1. Introdução**

O debate na educação básica em termos de diretrizes para a melhoria da qualidade, devido às novas exigências do sistema produtivo e de uma formação que contemple uma cidadania mais ampla, tem sido recorrente nas últimas décadas no Brasil. É no interior deste contexto que apresentam-se novas tendências e ações inovadoras na esfera da gestão educacional e escolar. Destaca-se, neste aspecto, a utilização da Educação a Distância (EAD), como estratégia de formação continuada dos profissionais que atuam na educação, em seus diferentes níveis e modalidades. É o caso, por exemplo, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública/PNEG.

A EAD tem avançado de forma acelerada com o desenvolvimento tecnológico e a redução dos preconceitos anteriormente associados a esta modalidade de ensino. Atualmente há maior entendimento de que o fato de ser a distância não implica em ausência de contato entre professores e alunos. Pelo contrário, pode haver até mais interatividade do que no sistema presencial, graças ao aperfeiçoamento dos mecanismos técnicos e dos procedimentos docentes que disponibilizam ferramentas apropriadas, de tal modo que a comunicação entre o professor e o aluno possa se realizar de diferentes formas, incluindo as tradicionais, tais como os impressos, até os mais sofisticados, que permitem o contato em tempo real.

A EAD, na esfera federal, obteve atenção especial no âmbito do Ministério da Educação por meio da criação da Secretaria de Educação a Distância, responsável de investir nesta modalidade e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira e, em especial, na concretização da gestão democrática. Por outro lado, como nos alerta Sousa; Ramalho (2012),

Para além dos objetivos proclamados pelo Ministério da Educação é preciso estar atentos aos objetivos não proclamados pelas medidas de regulamentação da educação à distância. Não resta dúvida que interessa aos *cyber-rentistas* a abertura do mercado educacional

brasileiro e que a EAD é uma ferramenta poderosa e capaz de solucionar os desafios impostos pela nova ordem econômico-social do mundo tecnológico. (p. 49)

Assim, sem deixar de atentar para os dizeres de Sousa e Ramalho (2012), este artigo enfatiza a importância da formação continuada para que se obtenha as mudanças desejadas, compreendendo-se que elas passam pela construção e reconstrução do conhecimento. Está fundamentado em uma situação concreta – o curso de especialização em Coordenação Pedagógica, implementado na Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, por meio da Escola de Gestores/UFOPA, a partir da análise quanto as reais possibilidades de formação de coordenadores pedagógicos de escolas públicas, como integrantes da gestão democrática. Buscamos apresentar os propósitos do curso e como estão sendo efetivados, uma vez que a política de formação do programa nacional escola de gestores objetiva que os gestores possuam o aporte teórico para ajudar na implementação da efetiva gestão democrática.

## **2. Coordenador pedagógico e formação continuada**

A gestão democrática da escola e dos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público. De acordo com o *art. 206* da Constituição Federal de 1988, entendemos que tal princípio precisa ser efetivado; uma das maneiras, que cremos ser possível, é por meio de realização de práticas concretas no *chão da escola*. No entanto, para que isso se concretize é importante levarmos em consideração a relação central entre a formação continuada da equipe de gestores escolares e o avanço da qualidade do ensino, da realização e do fortalecimento da gestão democrática da educação básica pública.

Nesse sentido, o curso de formação continuada para os profissionais que atuam na área da coordenação pedagógica emerge do reconhecimento da importância desse profissional para a melhoria da qualidade do ensino. Entendemos o Coordenador Pedagógico como um membro da equipe gestora da escola, onde desenvolve o papel de articulador e integrador dos processos educativos. Assim, desejamos que sua atuação contribua, de maneira significativa, para que se realize no interior da escola um ambiente educativo capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética e da cidadania, na perspectiva de uma educação e uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Importante destacar que o trabalho do Coordenador Pedagógico assumiu contornos variados nos diferentes contextos das reformas educacionais. Conforme (BRASIL, 2009),

Sua origem remonta à década de 1920, quando, no Brasil, buscava-se estruturar as políticas públicas de educação que visaram neutralizar as propostas educacionais formuladas pelos movimentos populares. Uma escola pretensamente neutra e capaz de homogeneizar competências e hábitos, fundada na hierarquização de tarefas, que instituíra, portanto, uma dicotomia no trabalho pedagógico. Neste contexto, o coordenador pedagógico aparecia como o responsável

pelo acompanhamento e, especialmente, o controle do trabalho do professor.

Nas décadas seguintes até o auge do tecnicismo dos anos 70, a dicotomização do trabalho pedagógico foi ainda mais potencializada pela ênfase que se deu à divisão entre planejamento e execução, ou seja, entre as funções dos gestores escolares e o trabalho do professor em sala de aula. Nessa época, a figura do Coordenador Pedagógico simbolizava a divisão do trabalho escolar e hierarquização do poder na escola. (p. 05).

Em um contexto marcado pelo movimento de democratização das relações extra e intra-escolares, nos anos 1980, com centralidade no trabalho do docente e nos processos de gestão, que a função do Coordenador Pedagógico ganhou nova roupagem, estabelecendo-se na busca de superação de dicotomias entre teoria e prática, pensar e fazer, concepção e execução, professor e gestor. Nessa conjuntura, do Coordenador Pedagógico espera-se que se envolva efetiva e intensamente no processo de articulação da organização do trabalho pedagógico, bem como, na promoção de relações democráticas no interior das instituições educativas.

Sabe-se que os Coordenadores Pedagógicos, embora seja reconhecida a importância de seu trabalho para o desenvolvimento da função da escola, convivem com dificuldades e enfrentam obstáculos na realização de sua atividade. Um desvio de função, associado à preocupação constante com o desempenho escolar e à rotina de trabalho burocratizado produzem incertezas entre os Coordenadores Pedagógicos. Muitas vezes encontram-se isolados e percebem-se fragilizados e com dificuldades para uma eficiente atuação na função. Essa situação adversa tem promovido uma indefinição na identidade desse profissional, fato que gera conflitos e disputas no interior da escola. A busca por uma identidade ou mesmo um perfil ocupacional comum aos Coordenadores Pedagógicos apresenta-se como um desafio na atualidade.

Aliada a essa questão, é preciso lembrar que no Brasil, os sistemas de ensino possuem autonomia para organizar e estabelecer cargos e funções para o conjunto de seus trabalhadores, bem como, a definição das formas de acesso e provimento de cargos e ou funções. Assim, em alguns deles, o cargo de Coordenador Pedagógico integra um plano de carreira ou está definido no estatuto do magistério, em outros a coordenação pedagógica é uma função exercida por professores de carreira. A esse respeito, Pinto (2011) destaca que,

A função do coordenador pedagógico nas escolas é marcada por um conjunto de expressões para designar o mesmo trabalho desenvolvido pelo pedagogo ao acompanhar as atividades do corpo docente. São elas: supervisão pedagógica, supervisão escolar, supervisão educacional, assistência pedagógica e orientação pedagógica. (p. 80)

Mesmo considerando a multiplicidade de atividades que assume no interior das instituições educativas e mesmo a diversidade das formas de acesso ao cargo, o Coordenador Pedagógico tem, por atribuição, articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Deste modo, são profissionais essenciais na organização e articulação dos processos educativos que ocorrem nas escolas, assim, devem ser capazes de compreender as múltiplas dimensões que estruturam a prática pedagógica.

Trata-se da dimensão de atos que se ligam diretamente às ações educativas no que diz respeito as práticas pedagógicas, seus problemas e resultados escolares, compreendendo assim, os processos de ensinar e de aprender, a interação professor-aluno, a forma de tratamento pedagógico referente aos conhecimentos e seu processo de socialização, conforme os diferentes campos do saber, metodologias específicas, concepções de aprendizagem, planejamento e de avaliação.

Temos ainda a dimensão relacionada as relações *inter individuais, profissionais e pessoais*. É uma dimensão de caráter político, social, econômico e cultural que engendra a ideia da educação como um bem público e do ato educativo como uma prática social que se dá em contextos de heterogeneidade e pluralidade cultural.

Entendemos deste modo, que a dinamicidade, o antagonismo e a complexidade dos contextos são inerentes aos espaços em que o Coordenador Pedagógico atua. Portanto, é no interior das instituições de ensino que o trabalho educativo precisa ser organizado e re-articulado, nele imprimindo-se qualidade, de modo a viabilizar o direito à educação, este, concretizado na aprendizagem e na permanência com sucesso dos alunos no ambiente escolar.

Deste modo, acreditamos que a qualidade da educação está relacionada à democratização do ensino público. Entendemos, assim que a qualidade da educação não possa ser confundida com a mera elevação de índices estatísticos com relação à aprovação e repetência de alunos. Mas pela formação dos sujeitos que atuam em diferentes espaços escolares e, fundamentalmente, dos integrantes da escola e gestores públicos. Assim, consideramos relevante e pertinente empreendermos uma reflexão avaliativa de uma ação concreta que está sendo realizada nesta perspectiva, que é o curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, via EAD, na Universidade Federal do Oeste do Pará. Considerando que o referido curso está em fase inicial, a análise será focada na estruturação pedagógica do curso e nos processos relacionados a sua implantação.

### **3. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PNEG) como política de formação continuada: a implantação na UFOPA**

O Programa Nacional escola de Gestores da Educação Básica Pública/PNEG surgiu da necessidade de se construir um processo de formação de gestores escolares, que contemplasse a concepção do caráter público da educação e da busca de sua qualidade social, baseada nos princípios da gestão democrática, e considerando a escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana.

Em 2005, sob a Coordenação do INEP, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública foi implantado em caráter experimental por meio do projeto piloto e um curso de formação continuada para dirigentes escolares. A partir de 2006, passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e foi reestruturado, ampliando objetivos e incorporando novas tendências educativas, conforme indicação feita após análise de outros quatro programas de formação de gestores escolares (Programa de Capacitação a Distância para Gestores

Escolares/PROGESTÃO, Programa de Formação Continuada de Gestores da Educação Infantil e Fundamental/PROGED, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores/CINPOP e Programa de Formação de Gestores da Educação Pública – UDJF). Em 2009, por meio da Portaria MEC Nº 145, de 11/02/2009, foram normalizadas as formas de organização, execução e gerenciamento, tornando evidente a vinculação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública às ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL, 2009, P. 03).

Conforme Aguiar (2011) a formação continuada de gestores da educação básica, no Brasil, teve considerável impulso no âmbito das políticas do governo federal a partir de 2003 com o desenvolvimento de ações direcionadas à formação de profissionais da educação. Se, de um lado, pode-se atribuir este interesse à influência decorrente de acordos internacionais firmados entre o Brasil e os organismos multilaterais que reiteradamente apontam a gestão eficiente e eficaz como o elemento chave para assegurar a boa qualidade do sistema de ensino e das escolas, de outro lado não se pode subestimar a importância da movimentação da sociedade civil organizada, que conseguiu inscrever a gestão democrática da educação como princípio constitucional, além de sua contribuição ao debate sobre as políticas na área.

O PNEG tem por objetivo contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que passem a dispor de elementos teórico-práticos que viabilizem a educação escolar básica com qualidade social. O Programa é componente do Compromisso Todos pela Educação, plano de metas no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e diz respeito à mobilização em torno da melhoria da educação básica no Brasil, contribuindo para a melhoria do IDEB das escolas e dos sistemas de ensino.

As políticas voltadas para a articulação, o desenvolvimento e o fortalecimento dos sistemas de ensino e das escolas vêm sendo produzidas e implementadas com a participação de várias instituições, destacando-se a interlocução com entidades e organizações como ANDIFES, ANPED, ANPAE, FORUMDIR, UNDIME e CONSED. Além disso, sustenta-se no princípio da descentralização e parceria na sua formulação e realização, considerando a realidade multifacetada que define a educação em nosso país. Ressalte-se, ainda, como um dos pilares dessas políticas, a afirmação do princípio da gratuidade do ensino, também no âmbito da formação continuada dos profissionais da educação.

Para efetivar o programa, foram firmadas diversas parcerias, incluindo as universidades públicas federais, pela compreensão e reconhecimento de que elas constituem *locus* privilegiado de formação e produção de conhecimento, o que inclui a formação de gestores educacionais para atuar na perspectiva da gestão democrática e da educação inclusiva.

O curso de especialização envolve quatro agências: o MEC, que propõe, coordena e financia; os estados e municípios, que participam do comitê interinstitucional implantado em cada estado da federação e autorizam e facilitam para que os gestores das respectivas escolas façam o curso; e as universidades federais, como estruturas descentralizadas que implantam e coordenam o curso. (GOMES; SANTOS; MELO, 2009, p. 268).

Tratava-se de uma proposta pedagógica, inovadora, tendo em vista dois aspectos que se destacava no currículo desenvolvido. Buscava-se romper com a lógica disciplinar comum (modulação, por exemplo) nos cursos de especialização na área, ao conferir centralidade à sala-ambiente Projeto Vivencial que se constituía em componente articulador do curso. (AGUIAR, 2011, p. 75)

Havia a compreensão de que somente com o suporte das universidades, presentes em todas as unidades da federação, seria possível modificar a realidade dos indicadores estatísticos que demonstravam um quadro deficitário no que se refere à formação e qualificação dos gestores escolares e também muitas desigualdades regionais. De acordo com as Diretrizes da Escola de Gestores (2007), nas regiões norte, nordeste e centro-oeste apenas cerca de 70% dos dirigentes escolares possuíam formação em nível superior, e destes, pouco mais de 20% haviam cursado pós-graduação *lato sensu*/especialização. Tais indicadores justificaram a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar na modalidade EAD. O projeto piloto aconteceu em 2006/2007, envolvendo dez universidades federais<sup>1</sup> e atendendo aproximadamente quatro mil cursistas.

Na região Norte, as primeiras turmas foram ofertadas na segunda edição do programa, 2008/2009, por intermédio das Universidades Federais do Pará/UFPA, do Amazonas/UFAM, de Rondônia/UNIR, do Amapá e de Roraima/UFRR. O estado do Acre não aderiu ao Programa pelo fato de já oferecer especialização aos seus gestores.

No caso específico do Estado do Pará, a criação de uma nova universidade federal em novembro de 2009, já se mostra reveladora da necessidade de maior atenção no que diz respeito a formação inicial e continuada da população de sua área de abrangência, o Oeste do Pará. Embora a primeira turma não tenha contemplado todos os municípios da Região, está prevista a expansão gradativa uma vez que a carência de qualificação dos gestores é alta, e o curso de especialização em gestão escolar e coordenação pedagógica do programa nacional escola de gestores representam praticamente a única oportunidade para que possam ter acesso à formação continuada em uma instituição pública de ensino.

A implementação da escola de gestores na Universidade Federal do Oeste do Pará iniciou com a assinatura do termo de adesão pelo Reitor José Seixas Lourenço em 2010, posteriormente houve a discussão e aprovação, em 02 de setembro de 2010, do projeto do curso, no âmbito do programa de educação da UFOPA. A Resolução Nº 01, de 29 de setembro de 2010, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação Tecnológica/PROPPIT, autorizou a oferta do curso em parceria com a Secretaria de Educação Básica/MEC, e a União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) por meio do acordo firmado entre as secretarias municipais de educação dos municípios de Santarém e Belterra, além da secretaria estadual de educação (SEDUC), por intermédio da 5ª Unidade Regional de Ensino. Nesta primeira turma foram matriculados 410 gestores dos municípios de Alenquer, Aveiro, Juruti, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Belterra e Curuá.

---

<sup>1</sup>UFRRN, UFPE, UFMT, UFES, UFPI, UFT, UFC, UFBA, UFRGS e UFSC.

Em 2011 a escola de gestores/UFOPA submeteu um novo projeto ao Programa de Educação do ICED e um PTA - plano de trabalho – ao Ministério da Educação, desta vez para qualificar os coordenadores pedagógicos das escolas da educação básica do Oeste do Pará. Foram matriculados 468 alunos dos municípios de Santarém, Alenquer, Juruti, Óbidos, Placas, Novo Progresso, Itaituba, Rurópolis, Oriximiná, Aveiro, Monte Alegre e Belterra.

As vagas ofertadas, tanto para a primeira turma como para a segunda, foram distribuídas para as redes estaduais e municipais de ensino de acordo com a demanda de cada uma. Os estudantes do curso de gestão escolar foram diretores e vice diretores, e da especialização em coordenação pedagógica foram profissionais que exercem a função de coordenação pedagógica ou similar, estando em efetivo exercício, em escolas públicas municipais e/ou estaduais de educação básica, incluído aqueles de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional.

O curso de especialização em coordenação pedagógica é oferecido na modalidade de educação a distância (EAD), com um total de 405 (quatrocentos e cinco) horas e apresentação ao final de trabalho de conclusão de curso (TCC) em forma de artigo.

A estrutura curricular é composta de dez disciplinas, sendo uma disciplina com 30 h/a, sete disciplinas de 45 h/a, uma disciplina de 15 h/a, uma de 60h/a, sendo subdividida em 30h de metodologia científica e 30 horas de TCC, totalizando 405 h/a, com 24 créditos.

As disciplinas estão sendo oferecidas ao longo de 15 meses, como início em abril de 2012, distribuídas de forma que permita a dedicação e apropriação dos conteúdos curriculares por parte dos cursistas e o acompanhamento e a realização de atividades didático-pedagógicas e de avaliação por parte dos professores. O curso organiza-se em dez turmas, cada uma com quarenta alunos, as quais dispõem de um professor para o atendimento da parte de conteúdos e avaliação, além de dois professores assistentes para o acompanhamento das tarefas e a verificação do efetivo uso da plataforma. As disciplinas são organizadas em torno de ciclos temáticos, assim distribuídos: 1º. Ciclo Temático, denominado Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico, composto pelas disciplinas: Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico; TCC Parte 1: Met. do Trabalho Científico; Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. 2º. Ciclo Temático Projeto Pedagógico e Avaliação com as disciplinas: Currículo, cultura e conhecimento escolar; Projeto P. Ped. e Organização do Ensino; Avaliação Escolar. O 3º. Ciclo Temático: Práticas e Aprendizagem Escolar é composto pelas disciplinas: Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico; Práticas e Espaços de Comunicação na Escola; Tópico Especial.

A sistemática de avaliação de aprendizagem do aluno no curso se dá por intermédio de atividades a serem executadas no *ambiente moodle* (com a postagem de textos e/ou participação nos fóruns de debates) e também através de atividades presenciais, assim como a Auto-avaliação, a participação no trabalho de conclusão de curso em formato de artigo. Importante destacar que o momento de recuperação neste curso se dá ao término da cada ciclo temático, no qual o aluno que por algum motivo pessoal não tenha atingido a nota mínima com qualidade poderá rever os conteúdos e fazer uma avaliação presencial em seu pólo em data determinada ao final de cada ciclo temático.

Os professores e os cursistas foram devidamente qualificados para interagir no *Ambiente Virtual de Aprendizagem*. Para isto a coordenação do curso viabilizou aos professores um curso de introdução ao *ambiente moodle*. Já os estudantes cursam a primeira disciplina com esta finalidade. O *ambiente moodle* é administrado numa base da Secretaria de Educação Básica do MEC, com um administrador local. Quanto ao apoio técnico às atividades dos docentes e discentes do curso ofertado pela UFOPA, há dois técnicos em sistemas de informação contratados especificamente para este fim.

O curso busca favorecer melhorias para o fortalecimento da educação inclusiva e da gestão democrática na educação pública. Deste modo, a formação pauta-se no estudo de temas como política educacional, gestão democrática, cultura e currículo, processos de ensino-aprendizagem, processos comunicacionais, planejamento e avaliação que se articulam na discussão sobre a Organização do Trabalho Pedagógico, foco da intervenção do Coordenador Pedagógico, enquanto integrante da equipe gestora da escola.

Considerando os pressupostos, os objetivos, a natureza e a dinamicidade da proposta pedagógica do curso, as atividades desenvolvidas pelos cursistas estão sendo acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores orientadores, professores assistentes e coordenações das diversas salas. Essa equipe mantém-se em constante interação visando a troca de informações, a apreciação conjunta das dificuldades e a busca de soluções relacionadas às dificuldades de cada componente curricular.

De um modo geral, a avaliação dará ênfase ao processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. Neste sentido, avaliação desenvolver-se-á de forma compartilhada: professor/professor assistente/coordenador de sala e cursista, procurando compreender o processo de construção do conhecimento na prática docente.

Devido a natureza interativa desse processo, o diálogo constituirá base principal da avaliação, cabendo aos docentes/professores assistentes a iniciativa de proporcionar os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento dessa prática pedagógica respeitando e estimulando o cursista parceiro ativo nessa interação.

Todavia, compreendemos que não basta que ocorra a preocupação e o acompanhamento quanto a utilização dos recursos tecnológicos. É preciso atentar para o processo pedagógico, se desejarmos, de fato, alcançar transformações substanciais, e para que não retornemos ao velho modelo tecnicista, somente com nova roupagem. Até porque,

[...] estas novas tecnologias de comunicação e informação podem vir a se constituir em um importante elemento destas transformações se pudermos vê-las em outra perspectiva que não a de simples instrumentos metodológicos mais modernos que podem ser implantados de forma isolada e desarticulada, mantendo crianças, jovens, adolescentes e professores como meros consumidores de um conhecimento pronto que passa agora a circular e ser entregue via as ditas novas tecnologias. Em oposição a isso, se pensamos nas tecnologias a serviço da produção de conhecimento e de cultura, podemos pensar na inserção do país no mercado mundial dito

globalizado, numa outra perspectiva. Uma perspectiva de efetiva cidadania. (PRETTO, 1999, p. 84).

O curso de especialização em coordenação pedagógica é desenvolvido por meio da EAD, mas, integrado a um conjunto de ações formativas presenciais, e busca democratizar ainda mais o acesso a novos espaços e ações formativas com vistas ao fortalecimento da escola pública como direito social básico, uma vez que essa modalidade de educação possibilita, dentre outras: maior flexibilidade na organização e desenvolvimento dos estudos; fortalecimento da autonomia intelectual no processo formativo; acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. Na perspectiva da gestão democrática da educação, orienta-se, pois, pela afirmação do direito à educação escolar básica com qualidade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar os fatores externos e internos associados à produção e gestão da escola.

#### **4. Considerações Finais**

Neste artigo, buscamos evidenciar o papel do coordenador pedagógico e a importância da formação continuada com vistas a obter subsídios teóricos e práticos para a efetivação da gestão democrática no âmbito da escola. Assim, entendemos que democracia é um aprendizado que se faz ao caminharmos com fundamentação, e isto requer formação inicial e continuada, para a qual a EAD tem se apresentado como recurso estratégico indispensável, especialmente nos locais onde a presença do Estado ainda é mínima, no que diz respeito a oferta de curso voltados para a qualificação de gestores escolares. Mas, sem perder de vista que a educação a distância não pode ser confundida meramente com o uso de tecnologias, uma vez que isso por si só não garante aprendizagem.

Nossa experiência revela que as concepções implícitas e explícitas de educação precedem a ação de educar, bem como os métodos a serem desenvolvidos. Por isso, cabe às agências formadoras analisar as políticas educacionais e ter clareza de que o conhecimento pedagógico permite empreender uma busca permanente de elaboração de propostas inovadoras em espaços complexos e diversificados, desde que sejam construídos compromissos com a educação, com a docência e com a gestão escolar democrática.

A escola tem um papel fundamental no processo de transformação da sociedade, rumo a construção de espaços coletivos, apesar da ênfase que é dada a ideia de que o indivíduo, sozinho, é capaz de “*vencer e alcançar sucesso*”, desde que tenha competência suficiente para vencer os demais “*concorrentes*”. Neste sentido, faz-se necessário o preparo dos gestores a fim de que possa propor alternativas que resultem efetivamente na participação, fator primordial para que a gestão democrática se concretize.

Deste modo, o espaço escolar deve ser pautado nos princípios democráticos, de modo que educadores, profissionais, alunos, pais, e demais

cidadãos estejam bem informados e possam ter participação crítica no desenvolvimento das ações cotidianas.

## Referencias

AGUIAR, Marcia Angela da S. Formação em gestão escolar no Brasil nos anos 2000: políticas e práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBPAAE)/Associação Nacional de Política e Administração da Educação; Editora: Maria Beatriz Luci. Porto Alegre: ANPAE. v. 27. n. 1, p. 1-152. jan/abr 2011.

BRASIL, MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Projeto pedagógico do curso de especialização em coordenação pedagógica** (2009). [portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task...](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...) Acesso em 16.06.2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Nacionais do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar**. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília, 2007.

GOMES, A. M.; SANTOS, A. L. F. dos; MELO, D. B. **Escola de gestores: política de formação em gestão escolar**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da educação. V. 25 n. 2 p. 263-281. Mai/ago. Porto Alegre: ANPAE, 2009.

PINTO, U. de A. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRETTO, N. Educação e inovação tecnológica. Um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. São Paulo: Nº 11, Mai/Jun/Jul/Ago/1999.

SOUSA, A. da S. Q.; RAMALHO, B. L. **Políticas de formação de professores no Brasil e a modalidade a distância: pontos para reflexões**. IN: *Revista Exitus*. ICED-UFOPA. V. 02 n. 1. jan-jun. Belém/PA: Editora Destaque-se, 2012. (p. 45-54).